



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 19957.008183/2024-16

Reg. Col. nº 3183/24

**Acusados:** Sergio Mattos

**Assunto:** Apurar suposto não fornecimento da relação de endereços de acionistas, em infração, em tese, ao disposto no art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976 c/c art. 58, §1º, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022.

**Relator:** Presidente João Pedro Nascimento

### RELATÓRIO

#### I. INTRODUÇÃO

1. O presente Processo Administrativo Sancionador (“PAS”) foi instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas (“SEP”, “Área Técnica” ou “Acusação”) para apurar a responsabilidade de Sergio Mattos (“Acusado”), na qualidade de Diretor de Relações com Investidores (“DRI”) da Construtora Sultepa S.A. - Em Recuperação Judicial (“Sultepa” ou “Companhia”), pelo descumprimento, em tese, do disposto no art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976<sup>1</sup> (“LSA”) c/c art. 58, §1º, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022<sup>2</sup> (“RCVM nº 81/2022”), por ter supostamente deixado de fornecer a relação de endereços de acionistas, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados de solicitação apresentada pelos acionistas minoritários Rotta Ely Construções e Incorporações Ltda., Oficina Cerâmica Ltda. e Pedro Rotta Ely (“Acionistas” ou “Requerentes”).

#### II. ORIGEM

---

<sup>1</sup> Art. 126. [...] § 1º O acionista pode ser representado na assembléia-geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

<sup>2</sup> Art. 58. Os pedidos de relação de endereços de acionistas fundados no art. 126, § 3º, da Lei nº 6.404, de 1976, devem ser atendidos pela companhia dentro de, no máximo, 3 (três) dias úteis. § 1º Os pedidos a que se refere o caput podem ser formulados, alternativamente, entre: I – o primeiro dia do exercício social e a data da realização da assembleia geral ordinária; [...].



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

2. Este PAS originou-se do Processo Administrativo (“PA”) nº 19957.000858/2024-89, que, por sua vez, foi instaurado para apurar a suposta irregularidade da negativa do fornecimento da relação de endereços dos acionistas da Companhia, denunciada à CVM em 31/01/2024<sup>3</sup> (“Reclamação”) por E.M.Z. (“Reclamante”), na condição de procurador dos Acionistas.

### III. DOS FATOS

3. Em 26/10/2023, o Reclamante encaminhou à Companhia e-mail<sup>4</sup> solicitando o “*envio da relação completa dos acionistas da Companhia CONSTRUTORA SULTEPA S/A, nos termos do art. 126, §§ 1º e 3º, da Lei 6.404/76*”, anexando a seu requerimento os instrumentos de procuração outorgados pelos Acionistas.

4. Em sua resposta, encaminhada em 20/11/2023, a Companhia rejeitou o pedido, sob o argumento de que o mesmo careceria de “*embasamento suficiente*” e não estaria “*de acordo com a legislação regulamentar*”<sup>5</sup>.

5. Em 18/01/2024, o Reclamante reapresentou o pedido, por meio de mensagem eletrônica, porém não obteve resposta da Companhia, o que o levou a encaminhar, em 29/01/2024, uma notificação extrajudicial<sup>6</sup> à SulTEpa. Por meio de resposta<sup>7</sup> encaminhada em 19/02/2024, a Companhia novamente rejeitou o atendimento do pleito. Assim, em 31/01/2024, o Reclamante apresentou a referida Reclamação junto à CVM, “*a fim de que o DRI seja impelido a dar cumprimento às mencionadas disposições legais e regulamentares, bem como para que seja devidamente apurada sua eventual responsabilidade na esfera administrativa*”<sup>8</sup>.

6. Em 06/02/2024, a SEP enviou ao endereço eletrônico do DRI o Ofício nº

---

<sup>3</sup> Doc. nº 2073739, pp. 3-4.

<sup>4</sup> Doc. nº 2073739, p. 8.

<sup>5</sup> Doc. 2073739, p. 10.

<sup>6</sup> Doc. 2073739, p. 42.

<sup>7</sup> Doc. 2073739, p. 39.

<sup>8</sup> Doc. nº 2073739, pp. 3-4.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

20/2024/CVM/SEP/GEA-3<sup>9</sup>, por meio do qual solicitou esclarecimentos sobre os motivos da negativa de fornecimento das informações requeridas pelo Reclamante. Diante da ausência de resposta, a SEP enviou, em 15/02/2024, correspondência física<sup>10</sup> ao Acusado, que a recebeu em 21/02/2024<sup>11</sup>.

7. Em resposta<sup>12</sup>, protocolizada em 07/03/2024, a Companhia alegou, em síntese, que o Reclamante não teria realizado “a *subsunção adequada das normas em relação ao pedido da relação completa dos acionistas*” da Companhia, uma vez que: (i) os Requerentes não teriam apresentado a declaração de que pretendiam utilizar a relação de endereços solicitada para os fins de outorga de procuração para participação em assembleia geral (§1º do art. 126); (ii) no momento das solicitações “*não havia assembleia convocada ou na iminência de ser convocada*”<sup>13</sup>; (iii) os Acionistas não teriam comprovado que possuíam ao menos 0,5% de participação no capital social da Companhia; e (iv) as solicitações formuladas pelo Reclamante não teriam sido acompanhadas de cópia dos documentos que comprovassem os seus poderes de representação.

8. Ainda em 07/03/2024, por meio do Ofício nº 49/2024/CVM/SEP/GEA-3<sup>14</sup> e com base no entendimento, exarado no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, de que o pedido a que se refere o §3º do art. 126 da LSA “*não deixa dúvida quanto à necessidade de uma assembleia convocada, ou na iminência de ser convocada*”, a Área Técnica solicitou que o Reclamante demonstrasse “*que a solicitação para o fornecimento da relação de acionistas feita à Companhia atendeu aos critérios de aplicação do art. 126, § 3º, da Lei 6.404/1976, nos termos do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP*”.

9. Em 12/03/2024, os Acionistas apresentaram manifestação<sup>15</sup>, na qual foram refutados os argumentos suscitados pela Companhia e anexados os respectivos atos constitutivos das

<sup>9</sup> Doc. nº 2073739, pp. 21-22.

<sup>10</sup> Doc. nº 2073739, pp. 24-25.

<sup>11</sup> Conforme consta do Aviso de Recebimento devolvido a esta Autarquia (doc. nº 2073739, p. 37).

<sup>12</sup> Doc. nº 2073739, pp. 30-36.

<sup>13</sup> Doc. 2168554, p. 5.

<sup>14</sup> Doc. nº 2073739, pp. 26-27.

<sup>15</sup> Doc. 2073739, p. 45.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

pessoas jurídicas outorgantes. Em breve síntese, alegaram que: (i) teria sido comprovado que o Reclamante tinha poderes para representar os Acionistas, uma vez que o pedido foi acompanhado das respectivas procurações; (ii) foi expressamente referido que a solicitação estava sendo feita “nos termos” e “para os fins” do art. 126, §§ 1º e 3º; (iii) a exigência de que os Acionistas comprovem “sua condição de titulares de mais de 0,5% do capital social” seria infundada, uma vez que o §3º do art. 58 da RCVM nº 81/2022<sup>16</sup> “veda qualquer exigência que extrapole as que são expressamente previstas”, e, de qualquer forma, tal informação poderia “ser facilmente obtida (...) junto à instituição escrituradora das ações da companhia”; e (iv) o pedido veiculado na notificação extrajudicial de 29/01/2024 seria tempestivo, pois realizado nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, na iminência, portanto, da realização da assembleia geral ordinária da Companhia.

10. Em 19/03/2024, a SEP enviou ao endereço eletrônico de Sergio Mattos o Ofício nº 62/2024/CVM/SEP/GEA-3<sup>17</sup>, solicitando esclarecimentos sobre a posição acionária dos Acionistas, em referência à alegação, veiculada na resposta<sup>18</sup> de 07/03/2024, de que “os acionistas não lograram comprovar que cada um possui ao menos 0,5% (zero vírgula cinco por cento) de participação no capital social da Construtora Sultepa”. Diante de nova ausência de resposta, a Área Técnica enviou, em 27/03/2024, correspondência física<sup>19</sup> ao Acusado, que a recebeu em 28/03/2024<sup>20</sup>.

11. Em resposta<sup>21</sup>, apresentada em 09/04/2024, a Companhia informou que os acionistas Rotta Ely Construções e Incorporações Ltda., Oficina Cerâmica Ltda. e Pedro Rotta Ely detinham, respectivamente, 191.600, 48.569 e 3.126 ações, somando-se as ordinárias e as preferenciais, o que correspondia a 1,5206%, 0,3855% e 0,025% de seu capital social. Nesse sentido, alegou que os dois últimos “não possuem a porcentagem determinada pela legislação

<sup>16</sup> Art. 58. [...] § 3º É vedado à companhia: I – exigir quaisquer outras justificativas para o pedido; II – cobrar pelo fornecimento da relação de acionistas; III – condicionar o deferimento do pedido ao cumprimento de quaisquer formalidades ou à apresentação de quaisquer documentos não previstos no § 2º.

<sup>17</sup> Doc. nº 2073739, pp. 47-48.

<sup>18</sup> Doc. nº 2073739, pp. 30-36.

<sup>19</sup> Doc. nº 2073739, p. 52.

<sup>20</sup> Conforme consta do Aviso de Recebimento devolvido a esta Autarquia (doc. nº 2073739, p. 65).

<sup>21</sup> Doc. nº 2073739, pp. 67-70.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil - Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

*para procederem com o pedido requerido”.*

12. Ademais, advertiu que, até aquele momento, o acionista Rotta Ely Construções e Incorporações Ltda. “*não [havia apresentado] os seus atos societários para fins de comprovar que o administrador indicado tem poderes para representá-la*”, tampouco a “*declaração de que pretende utilizar a lista de endereços para os fins do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A, consoante disposição do art. 58, § 2º, inciso II, da Instrução CVM n. 81/2022*”.

13. Enfim, por meio dos Ofícios nº 73/2024/CVM/SEP/GEA-3<sup>22</sup> e nº 88/2024/CVM/SEP/GEA-3<sup>23</sup>, o Acusado foi instado a manifestar-se sobre a possível infração ao disposto no art.126 c/c art. 58, §1º, inciso I, da RCVN nº 81/2022, ao ter deixado de fornecer a relação de endereços dos acionistas ao Reclamante.

14. Em respostas, submetidas em 17/04/2024<sup>24</sup> e em 21/05/2024<sup>25</sup>, respectivamente, Sergio Mattos reiterou os argumentos apresentados anteriormente, aduzindo “*que os Acionistas não realizaram a subsunção adequada das normas em relação ao pedido*” e que “*não [houve] cumprimento dos requisitos legais para postular a lista de endereços, pois não foi apresentado à Companhia pedido específico de relação de endereços para fins de outorga de procuração para participação em assembleia geral*”.

#### IV. ACUSACÃO

15. Nesse cenário, a SEP imputou a Sergio Mattos, na qualidade de DRI da Companhia, o descumprimento do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976, c/c art. 58, §1º, inciso I, da RCVN nº 81/2022, ressaltando, em síntese, que:

- (i) conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, o acesso à lista de endereços de acionistas, prevista no art. 126, §3º, da LSA, não pode ser conferido para outra finalidade que não a de “*permitir a representação de*

<sup>22</sup> Doc. nº 2073739, pp. 62-63.

<sup>23</sup> Doc. nº 2073739, pp. 101-102.

<sup>24</sup> Doc. nº 2073739, pp. 77-81 e 83-87.

<sup>25</sup> Doc. nº 2073739, pp. 111-116.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

*acionistas por procuração em assembleias, independentemente da prévia solicitação de procuração pela própria companhia, aumentando as possibilidades de organização de acionistas não controladores, visando ao exercício do direito de voto”<sup>26</sup>;*

- (ii) a relação deve listar todos os acionistas em ordem decrescente, conforme o respectivo número de ações – que pode ser omitido –, e, vinculados a cada um deles, os seus respectivos endereços<sup>27</sup>, sob pena de se “*dificultar as possibilidades de organização de acionistas não controladores*”<sup>28</sup>;
- (iii) ainda de acordo com o Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, a concessão do acesso à lista de endereços pressupõe “*assembleia convocada, ou na iminência de ser convocada*”<sup>29</sup>;
- (iv) a RCVN nº 81/2022 veda à companhia “*exigir quaisquer justificativas para o pedido*”, “*cobrar pelo fornecimento da relação de acionistas*” ou “*condicionar o deferimento do pedido ao cumprimento de quaisquer formalidades ou à apresentação de quaisquer documentos não previstos no parágrafo 2º do art. 126 [da LSA]*”<sup>30</sup>.
- (v) o Reclamante “*informou que o objetivo da solicitação é a representação na assembleia a que se refere o art. 58, § 1º, I, da Resolução CVM nº 81/2022*” e “*demonstrou ter apresentado à Companhia (...) cópia dos documentos que comprovavam que o signatário tem poderes para representar os [A]cionistas; e a declaração dos [A]cionistas de que pretendem utilizar a lista para os fins do art. 126, § 1º, da Lei nº 6.404, de 1976*”<sup>31</sup>; e

<sup>26</sup> Doc. nº 2074639, §14.

<sup>27</sup> Para embasar o raciocínio, a SEP cita seu próprio posicionamento no PAS CVM nº 19957.000786/2021-27, arquivado mediante celebração de Termo de Compromisso, em 15/03/2022.

<sup>28</sup> Doc. nº 2074639, §17.

<sup>29</sup> Doc. nº 2074639, §22.

<sup>30</sup> Doc. nº 2074639, §23.

<sup>31</sup> Doc. nº 2074639, §24.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

(vi) O art. 59 da RCVM nº 81/2022<sup>32</sup>, que trata da possibilidade de submissão de procurações aos sistemas eletrônicos de companhias, “*não menciona que os acionistas devem deter, individualmente, o percentual estabelecido de ações para formular o pedido. No caso em análise, os acionistas alcançaram 1,9311% do capital da Sultepa, logo, cumprindo com tal requisito*”<sup>33</sup>.

### V. ANÁLISE DA PFE-CVM

16. Em análise objetiva do Termo de Acusação<sup>34</sup>, por meio do Parecer n. 00115/2024/GJU - 4/PFE-CVM/PGF/AGU<sup>35</sup> e dos Despachos n. 00217/2024/GJU - 4/PFE-CVM/PGF/AGU<sup>36</sup> e n. 00327/2024/PFE - CVM/PFE-CVM/PGF/AGU<sup>37</sup>, a Procuradoria Federal Especializada junto à CVM (“PFE-CVM”) concluiu pelo cumprimento de todos os requisitos formais elencados nos arts. 5º e 6º da RCVM 45<sup>38</sup>.

### VI. DEFESA

<sup>32</sup> Art. 59. A companhia que aceita procurações eletrônicas por meio de sistema na rede mundial de computadores deve permitir que acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social incluam pedidos de procuração no sistema. § 1º A obrigação prevista no caput deve ser atendida pela companhia dentro de 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento do pedido público de procuração formulado pelos acionistas. § 2º O sistema de procurações eletrônicas da companhia deve dar igual destaque aos pedidos de procuração promovidos pela administração, pelo acionista controlador e pelos acionistas nãocontroladores. § 3º A companhia que contratar junto a terceiros a utilização do sistema a que se refere o caput permanece responsável por assegurar o cumprimento do disposto nesta Seção IV.

<sup>33</sup> Doc. nº 2074639, §27.

<sup>34</sup> Doc. nº 2074639.

<sup>35</sup> Doc. nº 2086471, pp. 1-3.

<sup>36</sup> Doc. nº 2086471, p. 4.

<sup>37</sup> Doc. nº 2086471, p. 5.

<sup>38</sup> Art. 5º Previamente à formulação da acusação, as superintendências devem diligenciar no sentido de obter diretamente do investigado esclarecimentos sobre os fatos que podem ser a ele imputados. Parágrafo único. Considera-se atendido o disposto no caput sempre que o investigado: I – tenha prestado depoimento pessoal ou se manifestado voluntariamente acerca dos fatos que podem ser a ele imputados; ou II – tenha sido oficiado para prestar esclarecimentos sobre os fatos que podem ser a ele imputados, ainda que não o faça. Art. 6º Nas hipóteses em que a superintendência considerar que dispõe de elementos conclusivos quanto à autoria e à materialidade da irregularidade constatada, deve lavrar termo de acusação contendo: I – nome e qualificação dos acusados; II – narrativa dos fatos investigados que demonstre a materialidade das infrações apuradas; III – análise de autoria das infrações apuradas, contendo a individualização da conduta dos acusados, fazendo-se remissão expressa às provas que demonstrem sua participação nas infrações apuradas; IV – descrição dos esclarecimentos prestados nos termos do art. 5º; V – os dispositivos legais ou regulamentares infringidos; VI – rito a ser observado no processo administrativo sancionador; e VII – proposta de comunicação a que se refere o art. 13, se for o caso.





## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

17. Devidamente citado<sup>39</sup>, Sergio Mattos apresentou suas razões de defesa<sup>40</sup>, reiterando os termos de sua manifestação preliminar e acrescentando, em síntese, que:

- (i) a negativa do Acusado em fornecer a relação de endereços decorreria exclusivamente *“da própria desídia [dos] [A]cionistas em cumprir com as exigências legítimas e consubstanciadas na legislação infraconstitucional e regulamentação do órgão competente – CVM”*<sup>41</sup>;
- (ii) caso adotasse conduta diversa, o Acusado teria faltado com seu dever de zelar pelo adequado tratamento dos dados pessoais dos acionistas da Companhia e com as normas da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), o que poderia levar à sua penalização;
- (iii) diante da obscuridade do pedido inicialmente formulado pelo Reclamante, Sergio Mattos teria indicado a ausência de *“subsunção adequada das normas em relação ao pedido de relação completa dos acionistas da [Companhia]”*<sup>42</sup> e solicitado a sua retificação. O Reclamante, contudo, limitou-se a ratificar o requerimento anterior, não tendo apresentado novos esclarecimentos<sup>43</sup>; e
- (iv) seria necessário, ainda, considerar o cenário adverso experimentado pela Companhia desde a época dos fatos discutidos neste PAS. Isso porque a Companhia se encontraria *“impossibilitada de cumprir qualquer tipo determinação/pedido de juntada de documentos societários, por motivo de caso fortuito e de força maior”*<sup>44</sup>, notadamente o *“desastre climático que assolou o Estado do Rio Grande do Sul no mês de maio [de 2024]”*, que teria devastado a sua sede<sup>45</sup>.

18. Ao final, o Acusado requereu: (i) o arquivamento do presente PAS, dada a suposta

<sup>39</sup> Docs. nº 2100639 e nº 2118720.

<sup>40</sup> Doc. nº 2168554.

<sup>41</sup> Doc. nº 2168554, §14.

<sup>42</sup> Doc. nº 2168554, §§17 e 22.

<sup>43</sup> Doc. nº 2168554, §23.

<sup>44</sup> Doc. nº 2168554, §31.

<sup>45</sup> Doc. nº 2168554, §§32-33.





## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

“inexistência de infração e/ou ocorrência de extinção da punibilidade”<sup>46</sup>; e, subsidiariamente, o reconhecimento da improcedência da tese acusatória.

### VII. PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO

19. Apesar de ter manifestado seu interesse na celebração de termo de compromisso, o Acusado não protocolizou, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da sua defesa, referido no § 2º do art. 82 da RCVM nº 45/2021<sup>47</sup>, nenhuma proposta.

20. Assim, a Gerência de Controle de Processos Sancionadores (“GCP”) encaminhou o PAS em epígrafe à Gerência Executiva (“EXE”), para que fosse designado o seu Relator<sup>48</sup>.

### VIII. DISTRIBUIÇÃO

21. Por fim, registro que fui designado Relator deste PAS em Reunião do Colegiado de 10/12/2024<sup>49</sup>.

É o relatório.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025.

**João Pedro Nascimento**

Presidente Relator

---

<sup>46</sup> Doc. nº 2168554, §40, “a”.

<sup>47</sup> Art. 82. [...] § 2º A proposta completa de termo de compromisso deve ser encaminhada à GCP em até 30 (trinta) dias após a apresentação de defesa.

<sup>48</sup> Doc. nº 2212442.

<sup>49</sup> Doc. nº 2218895.